

ITR

Informações Trimestrais

Companhia: CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Data Entrega: 11/05/2018

Data Referência: 31/03/2018

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Mil) 31/03/2018

Do Capital Integralizado

Ordinárias 1.446.898.779

Preferenciais 0

Total 1.446.898.779

Em Tesouraria

Ordinárias 0

Preferenciais 0

Total 0

Provento

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2018	31/12/2017
1	Ativo Total	2.672.065	2.566.053
1.01	Ativo Circulante	320.810	195.340
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	186.552	58.213
1.01.02	Aplicações Financeiras	45.189	44.522
1.01.03	Contas a Receber	9.755	10.817
1.01.03.01	Clientes	9.755	10.817
1.01.04	Estoques	51.996	55.974
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.948	4.106
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.948	4.106
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	11.948	4.106
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.370	21.708
1.01.08.03	Outros	15.370	21.708
1.01.08.03.01	Adiantamentos	14.437	20.775
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	457	457
1.02	Ativo Não Circulante	2.351.255	2.370.713
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	109.724	111.029
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.505	3.421
1.02.01.03	Contas a Receber	10.078	10.175
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.078	10.175
1.02.01.06	Tributos Diferidos	33.767	35.454
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.767	35.454
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	10.457	10.457
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	10.457	10.457
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	51.917	51.522
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	51.917	51.522
1.02.02	Investimentos	2	2
1.02.02.01	Participações Societárias	2	2

1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2	2
1.02.03	Imobilizado	36.183	37.834
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	36.183	37.834
1.02.04	Intangível	2.205.346	2.221.848
1.02.04.01	Intangíveis	2.205.346	2.221.848
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.204.452	2.221.848
1.02.04.01.02	Outros	894	0
1.01.08.03.04	Outros ativos	476	476

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2018	31/12/2017
2	Passivo Total	2.672.065	2.566.053
2.01	Passivo Circulante	191.253	605.855
2.01.02	Fornecedores	38.372	56.298
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	48.473
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	7.825
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	56.126	447.293
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	47.372	151.248
2.01.04.02	Debêntures	8.754	296.045
2.01.05	Outras Obrigações	96.755	102.264
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	19.146	9.398
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	19.146	9.398
2.01.05.02	Outros	77.609	92.866
2.01.05.02.04	Impostos taxas e contribuições a pagar	2.908	3.997
2.01.05.02.05	Salários, provisões e contribuições sociais	40.195	21.239
2.01.05.02.06	Concessões de serviços públicos	1.860	1.851
2.01.05.02.07	Participações a empregados	0	14.886
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	32.641	29.995
2.01.05.02.09	Outras obrigações	5	470
2.02	Passivo Não Circulante	1.130.020	616.345
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.062.297	549.869
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	406.485	442.807
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	406.485	442.807
2.02.01.02	Debêntures	655.812	107.062
2.02.02	Outras Obrigações	41.113	40.422
2.02.02.02	Outros	41.113	40.422
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	40.926	40.235
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	187

2.02.04	Provisões	25.684	25.100
2.02.04.02	Outras Provisões	25.684	25.100
2.02.04.02.04	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	24.160	23.777
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	926	954
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	926	954
2.03	Patrimônio Líquido	1.350.792	1.343.853
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.632	-307
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	0	20.311
2.01.05.02.12	Receita Diferida	0	117
2.02.04.02.06	Outros Passivos	1.524	1.323

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	190.190	211.837
3.01.01	Receita de Serviços	190.190	194.382
3.01.02	Receita de construção	0	17.455
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-109.698	-134.119
3.02.01	Custos dos serviços	-109.698	-116.664
3.02.02	Custo de construção	0	-17.455
3.03	Resultado Bruto	80.492	77.718
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-47.488	-50.418
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.518	-50.345
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	30	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-73
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	33.004	27.300
3.06	Resultado Financeiro	-27.972	-38.531
3.06.01	Receitas Financeiras	8.813	8.418
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.785	-46.949
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.032	-11.231
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.907	3.686
3.08.02	Diferido	1.907	3.686
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.939	-7.545
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.939	-7.545
3.99.01.01	ON	0,00500	-0,0050
3.99.02.01	ON	0,00500	-0,0050

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	6.939	-7.545
4.03	Resultado Abrangente do Período	6.939	-7.545

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	68.789	73.476
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	69.648	59.523
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	5.032	-11.231
6.01.01.02	Depreciação e amortização	33.291	33.256
6.01.01.03	Baixa de imobilizado	5.426	0
6.01.01.04	Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	20.124	24.373
6.01.01.05	Provisões diversas	243	2.261
6.01.01.06	Ajuste de operação de Hedge	3.284	9.271
6.01.01.07	Outros	2.248	1.593
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-859	13.953
6.01.02.01	Contas a receber clientes	916	-159
6.01.02.02	Depósitos judiciais	-395	843
6.01.02.03	Estoques	3.978	-8.605
6.01.02.04	Outros créditos	6.338	7.155
6.01.02.05	Fornecedores	-17.926	-4.338
6.01.02.06	Obrigações com empregados e administradores	4.070	3.981
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	-1.089	-729
6.01.02.08	Outras obrigações e contas a pagar	-381	10.869
6.01.02.10	Parte relacionadas	9.748	2.942
6.01.02.12	Outros	2.646	0
6.01.02.13	Imposto a recuperar	-8.736	2.022
6.01.02.14	Receita diferida	-28	-28
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.749	-9.543
6.02.01	Aquisição de intangível	-17.335	-20.773
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-663	1.114
6.02.03	Aplicações financeiras	-751	10.116

6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	78.299	-94.205
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-419.870	-65.212
6.03.03	Captação de empréstimos	550.000	18.000
6.03.04	Concessão do serviço público	700	-339
6.03.05	Liquidação de derivativos	-23.595	-21.477
6.03.07	Pagamento de juros	-28.936	-25.177
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	128.339	-30.272
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	58.213	51.618
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	186.552	21.346

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 31/03/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-307	0	1.343.853
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-307	0	1.343.853
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.939	0	6.939
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.939	0	6.939
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	6.632	0	1.350.792

01/01/2017 à 31/03/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	5.763	0	0	1.349.923
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	5.763	0	0	1.349.923
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.545	0	-7.545
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.545	0	-7.545
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	5.763	-7.545	0	1.342.378

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	195.711	215.314
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	195.924	200.083
7.01.02	Outras Receitas	30	17.492
7.01.02.01	Outras Receitas	30	37
7.01.02.02	Receita de construção	0	17.455
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-243	-2.261
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-59.854	-83.319
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-43	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-59.811	-65.864
7.02.04	Outros	0	-17.455
7.02.04.01	Custo de Construção	0	-17.455
7.03	Valor Adicionado Bruto	135.857	131.995
7.04	Retenções	-33.295	-33.256
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.295	-33.256
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	102.562	98.739
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.813	8.418
7.06.02	Receitas Financeiras	8.813	8.418
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	111.375	107.157
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	111.375	107.157
7.08.01	Pessoal	56.140	57.275
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.742	38.631
7.08.01.02	Benefícios	12.582	14.571
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.694	4.073
7.08.01.04	Outros	7.122	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.778	10.022
7.08.02.01	Federais	6.030	5.235

7.08.02.02	Estaduais	910	998
7.08.02.03	Municipais	3.838	3.789
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.518	47.405
7.08.03.01	Juros	21.524	31.822
7.08.03.02	Aluguéis	733	457
7.08.03.03	Outras	15.261	15.126
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.939	-7.545
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.939	-7.545

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2018	31/12/2017
1	Ativo Total	2.672.065	2.566.053
1.01	Ativo Circulante	320.812	195.342
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	186.554	58.215
1.01.02	Aplicações Financeiras	45.189	44.522
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	45.189	44.522
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	45.189	44.522
1.01.03	Contas a Receber	9.755	10.817
1.01.03.01	Clientes	9.755	10.817
1.01.04	Estoques	51.996	55.974
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.948	4.106
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.948	4.106
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	11.948	4.106
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.370	21.708
1.01.08.03	Outros	15.370	21.708
1.01.08.03.01	Adiantamentos	14.437	20.775
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	457	457
1.02	Ativo Não Circulante	2.351.253	2.370.711
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	109.724	111.029
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.505	3.421
1.02.01.03	Contas a Receber	10.078	10.175
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.078	10.175
1.02.01.06	Tributos Diferidos	33.767	35.454
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.767	35.454
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	10.457	10.457
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	10.457	10.457
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	51.917	51.522
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	51.917	51.522

1.02.03	Imobilizado	36.183	37.834
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	36.183	37.834
1.02.04	Intangível	2.205.346	2.221.848
1.02.04.01	Intangíveis	2.205.346	2.221.848
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.204.452	2.221.848
1.02.04.01.02	Outros	894	0
1.01.08.03.04	Outros ativos	476	476

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2018	31/12/2017
2	Passivo Total	2.672.065	2.566.053
2.01	Passivo Circulante	191.253	605.855
2.01.02	Fornecedores	38.372	56.298
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	48.473
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	7.825
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	56.126	447.293
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	47.372	151.248
2.01.04.02	Debêntures	8.754	296.045
2.01.05	Outras Obrigações	96.755	102.264
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	19.146	9.398
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	19.146	9.398
2.01.05.02	Outros	77.609	92.866
2.01.05.02.04	Impostos, taxas e contribuições a pagar	2.908	3.997
2.01.05.02.05	Salários, provisões e contribuições sociais	40.195	21.239
2.01.05.02.06	Concessões de serviços públicos	1.860	1.851
2.01.05.02.07	Participações a empregados	0	14.886
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	32.641	29.995
2.01.05.02.09	Outras obrigações	5	470
2.02	Passivo Não Circulante	1.130.020	616.345
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.062.297	549.869
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	406.485	442.807
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	406.485	442.807
2.02.01.02	Debêntures	655.812	107.062
2.02.02	Outras Obrigações	41.113	40.422
2.02.02.02	Outros	41.113	40.422
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	40.926	40.235
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	187

2.02.04	Provisões	25.684	25.100
2.02.04.02	Outras Provisões	25.684	25.100
2.02.04.02.04	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	24.160	23.777
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	926	954
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	926	954
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.350.792	1.343.853
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.632	-307
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	0	20.311
2.01.05.02.12	Receita Diferida	0	117
2.02.04.02.06	Outros Passivos	1.524	1.323

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	190.190	211.837
3.01.01	Receita de serviços	190.190	194.382
3.01.02	Receita de construção	0	17.455
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-109.698	-134.119
3.02.01	Custo dos serviços	-109.698	-116.664
3.02.02	Custo de construção	0	-17.455
3.03	Resultado Bruto	80.492	77.718
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-47.488	-50.418
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.518	-50.345
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	30	-73
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	33.004	27.300
3.06	Resultado Financeiro	-27.972	-38.531
3.06.01	Receitas Financeiras	8.813	8.418
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.785	-46.949
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.032	-11.231
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.907	3.686
3.08.02	Diferido	1.907	3.686
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.939	-7.545
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	6.939	-7.545
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.939	-7.545
3.99.01.01	ON	0,00000	-0,0050
3.99.02.01	ON	0,00000	-0,0050

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	6.939	-7.545
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	6.939	-7.545
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.939	-7.545

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	68.789	73.476
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	69.648	59.523
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	5.032	-11.231
6.01.01.02	Depreciação e amortização	33.291	33.256
6.01.01.03	Baixa de imobilizado	5.426	0
6.01.01.04	Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	20.124	24.373
6.01.01.05	Provisões diversas	243	2.261
6.01.01.06	Ajuste de operação de Hedge	3.284	9.271
6.01.01.07	Outros	2.248	1.593
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-859	13.953
6.01.02.01	Contas a receber clientes	916	-159
6.01.02.02	Depósitos judiciais	-395	843
6.01.02.03	Estoques	3.978	-8.605
6.01.02.04	Outros créditos	6.338	7.155
6.01.02.05	Fornecedores	-17.926	-4.338
6.01.02.06	Obrigações com empregados e administradores	4.070	3.981
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	-1.089	-729
6.01.02.08	Outras obrigações e contas a pagar	-381	10.869
6.01.02.10	Parte relacionadas	9.748	2.942
6.01.02.12	Outros	2.646	0
6.01.02.13	Imposto a recuperar	-8.736	2.022
6.01.02.14	Receita diferida	-28	-28
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.749	-9.543
6.02.01	Aquisição de intangível	-17.335	-20.773
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-663	1.114
6.02.03	Aplicações financeiras	-751	10.116

6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	78.299	-94.205
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-419.870	-65.212
6.03.03	Captação de empréstimos	550.000	18.000
6.03.04	Concessão do serviço público	700	-339
6.03.05	Liquidação de derivativos	-23.595	-21.477
6.03.07	Pagamento de juros	-28.936	-25.177
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	128.339	-30.272
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	58.213	51.620
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	186.552	21.348

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 31/03/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-307	0	1.343.853	0	1.343.853
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-307	0	1.343.853	0	1.343.853
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.939	0	6.939	0	6.939
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.939	0	6.939	0	6.939
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	6.632	0	1.350.792	0	1.350.792

01/01/2017 à 31/03/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	5.763	0	0	1.349.923	0	1.349.923
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	5.763	0	0	1.349.923	0	1.349.923
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.545	0	-7.545	0	-7.545

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.545	0	-7.545	0	-7.545
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	5.763	-7.545	0	1.342.378	0	1.342.378

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	195.711	215.314
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	195.924	200.083
7.01.02	Outras Receitas	30	17.492
7.01.02.01	Outras Receitas	30	37
7.01.02.02	Receita de construção	0	17.455
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-243	-2.261
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-59.854	-83.319
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-43	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-59.811	-65.864
7.02.04	Outros	0	-17.455
7.02.04.01	Custo de construção	0	-17.455
7.03	Valor Adicionado Bruto	135.857	131.995
7.04	Retenções	-33.295	-33.256
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.295	-33.256
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	102.562	98.739
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.813	8.418
7.06.02	Receitas Financeiras	8.813	8.418
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	111.375	107.157
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	111.375	107.157
7.08.01	Pessoal	56.140	57.275
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.742	38.631
7.08.01.02	Benefícios	12.582	14.571
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.694	4.073
7.08.01.04	Outros	7.122	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.778	10.022
7.08.02.01	Federais	6.030	5.235

7.08.02.02	Estaduais	910	998
7.08.02.03	Municipais	3.838	3.789
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.518	47.405
7.08.03.01	Juros	21.524	31.822
7.08.03.02	Aluguéis	733	457
7.08.03.03	Outras	15.261	15.126
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.939	-7.545
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.939	-7.545

METRÔRIO REDUZ SEUS CUSTOS E DESPESAS EM 14,8% NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018

EBITDA AUMENTA 9,5% COMPARADO AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2017

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018: Senhores acionistas, a Administração da METRORIO – Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRORIO” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete hoje à apreciação do mercado e de seus acionistas as Informações Trimestrais - ITR - relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018, acompanhado do relatório de revisão trimestral dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

O METRORIO

O MetrôRio é o concessionário e tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 (laranja) e 2 (verde) com um total de 36 estações do sistema metroviário do Rio de Janeiro e 42 quilômetros de extensão, além de ser o operador da Linha 4 (amarela), embora não sendo o concessionário, com 12,7 quilômetros de extensão e 5 estações.

Estações da Linha 1, Linha 2 e Linha 4:



SOBRE A INVEPAR

A Invepar administra as seguintes concessões rodoviárias: Linha Amarela S.A. (“LAMSA”), Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”), Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), Concessionária Rio Teresópolis S.A. (“CRT”), Concessionária Rota do Atlântico (“CRA”), Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”), a Concessionária BR 040 S.A. (“Via 040”). No segmento de

aeroportos, a Invepar controla a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“GRU Airport”) e tem como sócios a Airports Company South Africa (“ACSA”) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero. GRU Airport se mantém como o maior aeroporto da América do Sul em volume de passageiros, movimentou mais de 37,8 milhões de passageiros em 2017. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio”) e a Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT Carioca”), ambas na cidade do Rio de Janeiro.

DESEMPENHO OPERACIONAL

OFERTA

Mil	1T18	1T17	▲
Carro x Km ¹ Operacional	11.699,0	11.703,8	0,0%

¹ carro x km: quantidade de partidas, de uma estação inicial, multiplicado pela distância até o final da linha x o número de carros da composição, em uma única direção.

Este indicador é um importante direcionador de custos operacionais, principalmente, manutenção, em função da quilometragem de cada trem e energia elétrica, devido ao consumo diretamente proporcional à quantidade de deslocamentos. Em 1T18, o indicador permaneceu em linha.

DEMANDA

MM	1T18	1T17	▲
MetrôRio – PAX Transportados - L1, L2 e L4	60,6	60,4	0,4%
MetrôRio – PAX Pagantes - L1 e L2	43,6	46,7	-6,6%

Nos três meses acumulados de 2018, as Linhas 1, 2 e 4 transportaram 60,6 milhões de passageiros, um aumento de 0,4% em relação ao mesmo período de 2017.

Em 1T18 as linhas 1 e 2 tem comportamento de queda devido ao cenário macroeconômico do Rio de Janeiro. Em contrapartida, a Linha 4 apresenta uma curva de demanda em crescimento, pois está em período de maturação. Além disso, a Linha 4 passou a ser interligada à Linha 1 apenas no fim de março de 2017.

Durante o período do carnaval, o MetrôRio atendeu a demanda de turistas e cariocas que contou com uma operação especial e ocorreu no período de 10/03 a 14/03. Durante o carnaval, de sábado até quarta-feira de cinzas, foram transportados 3,0 milhões de passageiros. Em relação ao carnaval 2017, o total de passageiros transportados no período foi similar, porém houve aumento de demanda no sábado e domingo e redução nos demais dias.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O MetrôRio apresenta Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de março de 2018 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis às operações da companhia.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao primeiro trimestre de 2017 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

RECEITA

R\$ MM	1T18	1T17	▲
Receita Bruta	195,9	217,5	-9,9%
Receitas Tarifárias	185,9	189,5	-1,9%
Receitas Não Tarifárias	10,1	10,6	-5,1%
Receita de Construção (IFRS)	-	17,5	-100,0%
Receita Bruta Ajustada²	195,9	200,1	-2,1%
Deduções da Receita Bruta	(5,7)	(5,7)	0,6%
Receita Líquida Ajustada²	190,2	194,4	-2,2%

¹ Receita apurada pela prestação do Serviço de Operação e Manutenção da Linha 4. Em 2017, não houve registro.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada foi de R\$ 190,2 milhões em 1T18, uma redução de R\$ 4,2 milhões, ou -2,2% em relação a 1T17, principalmente devido a:

- **Receitas tarifárias:** Representando 94,9% da Receita Bruta Ajustada, a redução foi de R\$ 3,6 milhões, ou -1,9% em relação a 1T17, decorrente da redução no número de passageiros pagantes devido à retração na economia local.
- **Receitas não tarifárias:** Representando 5,1% da Receita Bruta Ajustada, em 1T18, a Receita Não Tarifária reduziu em R\$ 0,5 milhão ou -5,1% menor que o ano anterior.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ MM	1T18	1T17	▲
Custos & Despesas Operacionais	(157,2)	(184,5)	-14,8%
Pessoal	(63,0)	(65,0)	-3,0%
Conservação & Manutenção	(18,1)	(17,8)	1,9%
Operacionais	(33,0)	(35,1)	-6,2%
Despesas Administrativas	(9,9)	(15,8)	-37,5%
Custo de Construção (IFRS)	-	(17,5)	-100,0%
Depreciação & Amortização	(33,3)	(33,3)	0,1%
Custos & Despesas Operacionais Ajustadas¹	(157,2)	(167,1)	-5,9%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção.

² Considera custos para operação das Linhas 1, 2 e 4

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustadas apresentaram uma redução de R\$ 9,9 milhões, ou -5,9% em 1T18 comparado a 1T17.

Na linha de Pessoal, a variação de -3,0% reflete menores gastos com horas extras e redução do quadro de colaboradores. A redução de -6,2% em Operacional ocorre principalmente por menores gastos com energia elétrica devido a créditos junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Em Despesa Administrativa, a variação de -37,5% esta relacionada a redução dos serviços de consultorias e publicidade.

EBTIDA AJUSTADO & MARGEM EBITDA

R\$ MM	1T18	1T17	▲
EBIT	33,0	27,3	20,9%
(+) Depreciação & Amortização	33,3	33,3	0,1%
EBITDA¹	66,3	60,6	9,5%
Ajustes	-	-	n.m.
(-) Receita de Construção (IFRS) ¹	-	(17,5)	100,0%
(+) Custo de Construção (IFRS) ¹	-	17,5	-100,0%
EBITDA Ajustado²	66,3	60,6	9,5%
Receita Líquida Ajustada	190,2	194,4	-2,2%
Margem EBITDA (%) Ajustada	34,9%	31,2%	+3,7 p.p

¹ Instrução CVM Nº527/12.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 66,3 milhões em 1T18, um aumento de 9,5% em relação ao apurado em 1T17. O aumento do EBITDA Ajustado ocorreu, principalmente, pela redução dos custos em -5,9% sendo suficiente para neutralizar a perda de receita -2,2%. A Margem EBITDA Ajustada atingiu 34,9%, uma variação positiva de 3,7 p.p. em comparação ao período de 1T17.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ MM	1T18	1T17	▲
Receitas Financeiras	8,8	8,4	4,7%
Despesas Financeiras	(36,8)	(46,9)	-21,6%
Resultado Financeiro	(28,0)	(38,5)	-27,4%

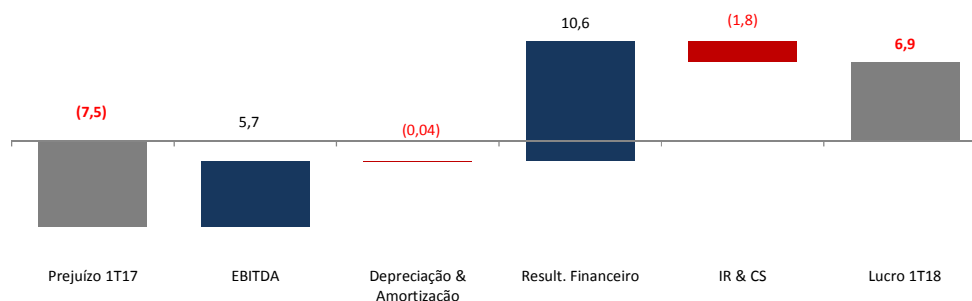
No 1T18, o resultado financeiro do MetrôRio apresentou uma redução de 27,4% em relação ao 1T17, uma variação de R\$ 10,6 milhões. Esta variação ocorreu, principalmente nas Despesas Financeiras em função da redução constante do montante principal das dívidas (principalmente CEF e BNDES), os juros tornam-se cada vez menores e redução de saldo no passivo sobre o montante das contingências, reduzindo as atualizações monetárias passivas.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ MM	1T18	1T17	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	6,9	(7,5)	-192,0%

O lucro em 1T18 foi de R\$ 6,9 milhões, representando um aumento de R\$ 14,5 milhões em relação a 1T17. O menor prejuízo foi resultado dos esforços na redução de custos operacionais e despesas financeiras.

Evolução do Resultado do Exercício



DISPONIBILIDADES & ENDIVIDAMENTO

R\$ MM	1T18	1T17	▲
Dívida Bruta	1.118,4	1.041,2	7,4%
Curto Prazo	62,0	299,3	-79,3%
Longo Prazo	1.056,5	741,9	42,4%
Disponibilidades	235,2	70,8	232,3%
Caixa e equivalentes de caixa	186,5	21,3	775,8%
Aplicações Financeiras	48,7	49,5	-1,6%
Dívida Líquida	883,2	970,4	-9,0%

A Dívida Líquida do MetrôRio encerrou 1T18 com um saldo de R\$ 883,2 milhões. Uma redução de R\$ 87,2 milhões, ou o equivalente a -9,0% em relação a 1T17.

As disponibilidades apresentaram um aumento de R\$ 164,4 milhões 1T18, se comparado a 1T17 e o aumento da Dívida Bruta em R\$ 77,2 milhões em 1T18, especialmente pela 8ª Emissão de Debêntures que captou R\$550 milhões.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

R\$ MM	1T18	1T17	▲
Adição ao Imobilizado	1,1	1,8	-40,7%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	0,0	0,8	-99,4%
Renovação/extensão do direito de Concessão	-	-	n.m.
Investimentos na Concessão	18,6	17,5	6,3%
(-) Capitalização de Result. Financeiro Intangível	-	(0,2)	-100,0%
(-) Transações não Caixa	(1,7)	(15,2)	-88,8%
(-) Margem de Construção	-	-	n.m.
Total Investido	18,0	4,7	282,3%

Os investimentos somam R\$18,0 milhões em 1T18. As adições referem-se principalmente, aos seguintes projetos: Programa Zona de Manobra Pavuna, Obras de Artes Especiais – Viadutos Linha 2 e Recuperação de Truques.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Operações da Companhia

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia possui registro como Companhia Aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, mas não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente).

Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detém a totalidade do capital.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038.

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o

período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O Contrato de Concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia.

O Contrato de Concessão determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado (“IGP-M”), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Em julho de 2013 foi assinado o contrato de Operação e Manutenção (OeM), firmado entre o MetrôRio, MetrôBarra, Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde o MetrôRio fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração da Companhia para este serviço.

Em 1 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 para portadores de ingressos que possuíam o Cartão Olímpico e Família Olímpica: atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 19 de setembro de 2016, a Linha 4 entrou em operação para o público em geral. A Linha 4 tem a extensão atualmente de 12,7 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul). A entrada em operação da Linha 4 efetivou o contrato de Operação e Manutenção.

Em 31 de março de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido positivo consolidado de R\$129.559 (R\$410.513, negativo, em 31 de dezembro de 2017, devido, principalmente, pelo registro no passivo circulante da Companhia de empréstimos e debêntures no valor de R\$447.293).

1.2. Diligência em Acionistas, Controladora e Partes Relacionadas

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da

Administração da Invepar, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 10 de maio de 2018, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2018.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

2.1 Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	12.187	15.960	12.189	15.962
Certificados de depósitos bancários – CDB(a)	30.609	10.948	30.609	10.948
Fundo MOVER (b)				
Letras financeiras de tesouro	122.880	25.334	122.880	25.334
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	2.516	5.971	2.516	5.971
Operações compromissadas	18.360	-	18.360	-
Caixa e equivalentes de caixa	<u>186.552</u>	<u>58.213</u>	<u>186.554</u>	<u>58.215</u>

a) A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média de 96,52% do CDI (93,16% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da Invepar e/ou sempre mediante prévia autorização da Invepar, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo é realizada pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo a Invepar, a Linha Amarela S.A. (“LAMSA”) e a Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”). O MetroBarra S. A. (“METROBARRA”) participou do fundo até julho de 2016, a Concessionária BR-040 S.A. (“Via 040”) e a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRÔRIO”) participaram do fundo até dezembro de 2016, meses em que houve o resgate do saldo total aplicado.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa do CDI	Indexador	Controladora e Consolidado	
			31/03/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras vinculadas:				
Fundo cambial exclusivo (a)		DÓLAR	45.189	44.522
Total circulante			45.189	44.522
Aplicações financeiras vinculadas:				
Certificado de depósitos bancários - CDB	96,52%	DI	3.505	3.421
Total não circulante (b)			3.505	3.421
Aplicações financeiras			48.694	47.943

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento.

(b) As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$3.505 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 31 de março de 2018, a Companhia registrou o saldo de Modicidade tarifária, em conta contábil específica, para fins de fiscalização do Estado, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro, no total de R\$23.228.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Circulante		
Venda de passagens (a)	6.598	6.984
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	9.099	9.154
Outros títulos a receber	354	732
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	(6.296)	(6.053)
Créditos a receber circulante – líquido	9.755	10.817
Não circulante		
Recebíveis do GERJ (c)	12.622	12.735
Outros títulos a receber (a)	3.069	3.069
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (c)	(5.694)	(5.694)
Valores a receber – ET-Pós		
Recebíveis do GERJ (d)	14.955	14.939
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (d)	(14.874)	(14.874)
Créditos a receber não circulante - líquido	10.078	10.175
Total do contas a receber	19.833	20.992

Os valores relativos a créditos a receber são:

(a) Receita de passagens a receber da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Não constituímos provisão para a parcela da receita referente aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, devido o reconhecimento da dívida por parte do Comitê dos Jogos em questão e portanto perspectiva de recebimento;

(b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios);

(c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo. As gratuidades estudantis vêm sendo recebidas parcialmente. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas.

(d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes aos processos ET- Pós, conforme exigência 6º termo aditivo da Concessão. O descasamento entre a parcela reconhecida e provisionada existe devido o custeio dos processos, que são incorporados e posteriormente avaliados quanto a sua recuperabilidade e devidamente provisionado, se aplicável.

	Total	Perdas estimadas pra crédito de liquidação duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução de valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121-150 dias	151-180 dias	> 180 dias
31 de março de 2018	31.823	(11.990)	9.491	-	175	188	152	34	105	21.678*
31 de dezembro de 2017	32.674	(11.747)	9.564	286	110	279	-	102	101	22.232*

* Demonstrado eliminando o impacto dos montantes de valores a receber referentes aos processos ET-Pós demonstrados na nota 5(d).

Em 31 de março de 2018 as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de março de 2018						
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias
(11.990)	(42)	(37)	(20)	(152)	(34)	(105)	(11.600)

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2017						
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
(11.747)	-	-	-	(158)	(102)	(100)	(11.387)

Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(11.747)	(9.424)
Adições	(575)	(24.142)
Reversões	331	6.853
Baixas	1	14.966
Saldo no fim do exercício	(11.990)	(11.747)

As perdas são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 91 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social.

6. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	51.996	55.974
Total	51.996	55.974

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	4.465	-
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	4.536	740
PIS e COFINS	2.773	2.318
Outros	1.068	1.048
Total	12.842	4.106
Circulante	11.948	4.106
Não Circulante	894	-
Total	12.842	4.106

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	31/03/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal	669	-
Base negativa de contribuição social	241	-
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	9.133	3.993
Ajuste de redução do valor recuperável	4.588	4.588
Provisão para riscos	8.215	8.084
Provisão para participação nos lucros	5.851	4.875
Provisões não dedutíveis	7.445	11.666
Amortização do ágio abr a nov/09	5.197	5.262
Varição cambial e <i>hedge</i> não realizados	(815)	1.745
Custo de emissão de debêntures	(2.045)	-
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Amortização de direiro de concessão	(5.725)	(5.798)
Custo de captação	(105)	(114)
Outros	2.778	2.813
	<u>33.767</u>	<u>35.454</u>
Impostos diferidos – Ativo	44.117	43.026
Impostos diferidos – Passivo	(10.350)	(7.572)

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados, conforme demonstrado a seguir:

<u>Anos</u>	31/03/2018
2019	4.236
2020	10.999
2021	7.352
2022	925
2023 a 2025	2.775
2026 e 2027	17.830
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>44.117</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(10.350)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>33.767</u>

c) Tributos a recolher

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social	-	1.175
PIS e COFINS	426	475
ISS	1.367	1.250
IRRF e CSRF	410	323
Taxa AGETRANSP-RJ	315	437
INSS sobre terceiros	339	307
Outros	51	30
Circulante	2.908	3.997
PIS e COFINS	187	187
Não circulante	187	187

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	5.032	(11.231)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.711)	3.819
Adições permanentes	(65)	(133)
Apropriação de créditos extemporâneos (*)	3.683	-
	1.907	3.686
Imposto de renda e contribuição social correntes	3.595	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.688)	3.686
Total dos impostos no resultado	1.907	3.686

(*) Crédito extemporâneo apropriados em 2018, cuja a contrapartida foi impostos a recuperar.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

		Controladora e Consolidado					
		31/03/2018					
Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito (d)	457	-	-	-	-	-
CART	Nota de débito (d)	-	100	-	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	-	-	8.754	109.153	-	(4.003)
LAMSA	Nota de débito (d)	-	4	33	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	-	-	19.113	-	-	(5.119)
INVEPAR	Dividendo	-	-	3	-	-	-
METROBARRA	Nota de débito (c)	-	10.353	-	-	-	-
		<u>457</u>	<u>10.457</u>	<u>27.903</u>	<u>109.153</u>	<u>-</u>	<u>(9.122)</u>

		Controladora e Consolidado					
		31/12/2017				31/03/2017	
Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito (d)	457	-	-	-	-	-
CART	Nota de débito (d)	-	100	-	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	-	-	13.964	107.063	-	(3.418)
LAMSA	Nota de débito (d)	-	-	33	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	-	-	9.365	-	-	(4.590)
INVEPAR	Dividendo	-	-	3	-	-	-
METROBARRA	Nota de débito (c)	-	10.357	-	-	-	-
		<u>457</u>	<u>10.457</u>	<u>23.365</u>	<u>107.063</u>	<u>-</u>	<u>(8.008)</u>

(a) Nota de débito: São serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas que são repassados através de critérios de rateio os quais são normalmente liquidados dentro do próprio mês ou mês subsequente. Por este motivo não são acruados juros.

(b) Debêntures: Conforme descrito na nota explicativa 13 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada LAMSA.

Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso).

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

(c) Nota de débito: locação de espaço físico e folha de pagamento.

(d) Nota de débito: transações diversas entre as Companhias do Grupo.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Pró-labore	678	678
Encargos	88	77
Outros benefícios	108	78
Total	<u>874</u>	<u>833</u>

Na eleição do Conselho de Administração, ocorrida em 29 de abril de 2016, para um mandato de dois anos (2016-2018). Os conselheiros renunciam qualquer remuneração pelo exercício da função, conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos mesmos.

9. IMOBILIZADO

		<u>Controladora e Consolidado</u>				
	<u>Taxas anuais de depreciação %</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>31/03/2018</u>
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,60%	52.734	725	(3)	520	53.976
Móveis e utensílios	10%	8.780	191	(1)		8.970
Veículos	20%	1.823				1.823
Equipamentos de computação	20%	17.680	152			17.832
		<u>81.017</u>	<u>1.068</u>	<u>(4)</u>	<u>520</u>	<u>82.601</u>
Depreciação						
Máquinas e equipamentos		(25.327)	(1.787)		4	(27.110)
Móveis e utensílios		(7.086)	(355)	1		(7.440)
Veículos		(1.139)	(16)			(1.155)
Equipamentos de computação		(9.631)	(1.082)			(10.713)
Depreciação acumulada		<u>(43.183)</u>	<u>(3.240)</u>	<u>1</u>	<u>4</u>	<u>(46.418)</u>
Imobilizado líquido		<u>37.834</u>	<u>(2.172)</u>	<u>(3)</u>	<u>524</u>	<u>36.183</u>

		<u>Controladora e Consolidado</u>				
	<u>Taxas anuais de depreciação %</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,60%	47.958	2.949	(8)	1.835	52.734
Móveis e utensílios	10%	6.307	804	(56)	1.725	8.780
Veículos	20%	1.823	-	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	15.113	1.069	(29)	1.527	17.680
		<u>71.201</u>	<u>4.822</u>	<u>(93)</u>	<u>5.087</u>	<u>81.017</u>
Depreciação						
Máquinas e equipamentos		(19.030)	(6.305)	8	-	(25.327)
Móveis e utensílios		(3.379)	(3.742)	35	-	(7.086)
Veículos		(1.111)	(28)	-	-	(1.139)
Equipamentos de computação		(6.879)	(2.780)	28	-	(9.631)

Depreciação acumulada	(30.399)	(12.855)	71	-	(43.183)
Imobilizado líquido	40.802	(8.033)	(22)	5.087	37.834

(*) Transferência para o ativo intangível para melhor classificação.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2018.

10. INTANGÍVEL

Controladora e Consolidado						
	Taxas anuais de amortização %	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2018
Custo						
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	(*)	394.136	-	-	-	394.136
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	(*)	1.304.966	-	-	-	1.304.966
Investimento na concessão	(*)	650.233	18.598	(5.421)	(520)	662.890
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	(*)	932.843	-	-	-	932.843
Direito de software	20%	16.651	4	-	-	16.655
Outros		14	-	-	-	14
		<u>3.298.844</u>	<u>18.602</u>	<u>(5.421)</u>	<u>(520)</u>	<u>3.311.504</u>
Amortização						
Direito de concessão (até janeiro de 2018)		(252.154)	-	-	-	(252.154)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)		(493.796)	(9.792)	-	(4)	(503.592)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)		(316.106)	(12.789)	3	-	(328.892)
Direito de software		(14.940)	(7.474)	-	-	(22.414)
Amortização acumulada (d)		<u>(1.076.996)</u>	<u>(30.055)</u>	<u>3</u>	<u>(4)</u>	<u>(1.107.052)</u>
Total intangível líquido		<u>2.221.848</u>	<u>(11.453)</u>	<u>(5.418)</u>	<u>(524)</u>	<u>2.204.452</u>

Controladora e Consolidado						
	Taxas anuais de amortização %	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Custo						
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	(*)	394.136	-	-	-	394.136
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	(*)	1.302.010	2.956	-	-	1.304.966
Investimento na concessão	(*)	588.285	72.948	(5.047)	(5.953)	650.233
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	(*)	932.843	-	-	-	932.843
Direito de software	20%	15.543	242	-	866	16.651
Outros		14	-	-	-	14
		<u>3.232.831</u>	<u>76.146</u>	<u>(5.047)</u>	<u>(5.087)</u>	<u>3.298.844</u>
Amortização						
Direito de concessão (até janeiro de 2018)		(252.154)	-	-	-	(252.154)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)		(443.330)	(50.466)	-	-	(493.796)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)		(249.571)	(66.542)	7	-	(316.106)
Direito de software		(11.525)	(3.415)	-	-	(14.940)
Amortização acumulada (d)		<u>(956.580)</u>	<u>(120.423)</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>(1.076.996)</u>
Total intangível líquido		<u><u>2.276.251</u></u>	<u><u>(44.276)</u></u>	<u><u>(5.040)</u></u>	<u><u>(5.087)</u></u>	<u><u>2.221.848</u></u>

(*) Prazo remanescente da concessão, 20 anos. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga principal” é de R\$231.196 e o montante referente ao ativo intangível - Direito de concessão “Outorga suplementar” é de R\$162.940.

b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Conforme detalhado na nota explicativa 14, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

c) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio em março de 2009. O valor do

direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

d) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de meses restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2018.

11. INVESTIMENTOS

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia possui uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU 9 Participações Ltda., é uma subsidiária da Companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totaliza R\$2 subscrito e totalmente integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

O ativo e patrimônio líquido da controlada em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão abaixo demonstrados:

	MASU 9	
	31/03/2018	31/12/2017
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Total do ativo	<u>2</u>	<u>2</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	2	2
Total patrimônio líquido	<u>2</u>	<u>2</u>

12. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	31.119	48.269
Fornecedores internacionais	7.253	8.029
Total	<u>38.372</u>	<u>56.298</u>

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado			31/12/2017
					31/03/2018		Total	
					Circulante	Não circulante		
Empréstimos e Financiamentos								
BNDES Direto 3								
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	1,73%	23.458	128.186	151.644	157.123
Subcrédito "C"	TJLP	1,72%	15/09/2024	1,73%	13.475	72.765	86.240	89.397
FINEP								
Subcrédito "A"	TJLP	5,25%	15/01/2018	5,38%	-	-	-	130
Subcrédito "B"	TJLP	8,25%	15/01/2018	8,57%	-	-	-	137
Financiamento								
Importação								
Citibank	USD	2,70%	18/03/2018	2,73%	-	-	-	110.929
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	8,08%	10.498	231.036	241.534	243.814
Banco do Brasil	DI	144,87% CDI	01/08/2018	292,63% CDI	-	-	-	18.000
Subtotal					47.431	431.987	479.418	619.530
Custo de captação					(59)	(229)	(288)	(594)
Aplicação financeira vinculada*						(25.273)	(25.273)	(24.881)
Total					47.372	406.485	453.857	594.055
Debêntures								
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027	9,92%	8.754	109.153	117.907	121.026
Debêntures - HSBC 1	DI	3,50%	01/03/2018	3,56%	-	-	-	180.940
DEBENTURISTAS 1	DI	3,10%	12/09/2021	9,69%	-	552.671	552.671	-
NP – BB_ABC	DI	134% CDI	16/05/2018	256,20% CDI	-	-	-	101.141
Subtotal					8.754	661.824	670.578	403.107
Custo de captação						(6.012)	(6.012)	
Total					8.754	655.812	664.566	403.107
Total geral					56.126	1.062.297	1.118.423	997.162

(*) Dos quais R\$8.067, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES e R\$17.206, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à própria Caixa Econômica Federal, referentes a três prestações mensais.

Segue abaixo a movimentação dos empréstimos e debêntures:

Descrição	31/12/2017	Adições			Amortização				31/03/2018
		Captação	Juros	Atualização monetária	Principal	Juros*	Custo de Captação	Transferência	
Passivo circulante									
Empréstimos									
BNDES III									
Subcrédito "A"	23.434	-	-	-	(5.711)	-	-	5.735	23.458
Subcrédito "C"	13.461	-	-	-	(3.289)	-	-	3.303	13.475
Banco do Brasil	18.000	-	-	-	(18.000)	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	10.373	-	-	-	(2.280)	-	-	2.405	10.498
Citibank	110.929	-	924	(1.947)	(105.108)	(4.798)	-	-	-
FINEP									
Subcrédito "A"	130	-	-	-	(129)	(1)	-	-	-
Subcrédito "B"	138	-	-	-	(137)	(1)	-	-	-
Debêntures									
Debênture - LAMSA	13.964	-	-	-	(5.210)	-	-	-	8.754
Debênture - HSBC	180.940	-	3.487	-	(180.006)	(4.421)	-	-	-
Debênture BB	101.142	-	-	1.673	(100.000)	(2.815)	-	-	-
Debênture I	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos de captação	(337)	-	-	-	-	-	278	-	(59)
Subtotal	472.174	-	4.411	(274)	(419.870)	(12.036)	278	11.443	56.126
Passivo não circulante									
Empréstimos									
BNDES III									
Subcrédito "A"	133.688	-	2.870	274	-	(2.911)	-	(5.735)	128.186
Subcrédito "C"	75.936	-	1.633	156	-	(1.657)	-	(3.303)	72.765
Caixa Econômica Federal	233.439	-	4.715	-	-	(4.713)	-	(2.405)	231.036
Debênture - LAMSA	107.063	-	2.090	1.913	-	(1.913)	-	-	109.153
Debênture I	-	550.000	2.671	-	-	-	-	-	552.671
Custos de captação	(257)	-	-	-	-	-	(5.984)	-	(6.241)
Subtotal	549.869	550.000	13.979	2.343	-	(11.194)	(5.984)	(11.443)	1.087.570
Total geral	1.022.043	550.000	18.390	2.069	(419.870)	(23.230)	(5.706)	-	1.143.696

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Descrição	31/12/2016	Adições				Amortização				31/12/2017
		Captação	Juros	Atualização monetária	Variação Cambial	Principal	Juros*	Custo de Captação	Transferência	
Passivo circulante										
Empréstimos										
BNDES II										
BNDES II	1.491	-	8	3	-	(1.487)	(15)	-	-	-
BNDES III										
Subcrédito "A"	23.261	-	12.651	244	-	(22.807)	(12.721)	-	22.806	23.434

Subcrédito "B"	606	-	14	3	-	(607)	(16)	-	-	-
Subcrédito "C"	13.395	-	7.204	107	-	(13.136)	(7.245)	-	13.136	13.461
Banco do Brasil	-	18.000	-	-	-	-	-	-	-	18.000
Caixa Econômica Federal	17.335	-	17.514	3.125	-	(14.482)	(14.564)	(2.571)	4.016	10.373
Citibank	21.439	-	5.065	128	614	(17.047)	(4.755)	-	105.485	110.929
FINEP										
Subcrédito "A"	1.574	-	81	6	-	(1.560)	(85)	-	114	130
Subcrédito "B"	1.668	-	80	1	-	(1.648)	(83)	-	120	138
Debêntures										
Debênture - LAMSA	12.848	-	10.984	1.941	-	(11.364)	(14.363)	-	13.918	13.964
Debênture - HSBC	31.900	-	21.352	3.176	-	(37.526)	(17.962)	-	180.000	180.940
Debênture BB	102.211	-	11.582	-	-	-	(12.651)	-	-	101.142
Custos de captação	(1.863)	-	-	-	-	1.526	-	-	-	(337)
Subtotal	225.865	18.000	86.535	8.734	614	(120.138)	(84.460)	(2.571)	339.595	472.174
Passivo não circulante										
Empréstimos										
BNDES III										
Subcrédito "A"	154.933	-	-	1.561	-	-	-	-	(22.806)	133.688
Subcrédito "B"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subcrédito "C"	88.151	-	-	921	-	-	-	-	(13.136)	75.936
Caixa Econômica Federal	232.708	-	-	4.747	-	-	-	-	(4.016)	233.439
Citibank	105.485	-	-	-	-	-	-	-	(105.485)	-
FINEP										
Subcrédito "A"	113	-	-	1	-	-	-	-	(114)	-
Subcrédito "B"	120	-	-	-	-	-	-	-	(120)	-
Debênture - LAMSA	120.981	-	-	-	-	-	-	-	(13.918)	107.063
Debênture - HSBC	180.000	-	-	-	-	-	-	-	(180.000)	-
Custos de captação	(257)	-	-	-	-	-	-	-	-	(257)
Subtotal	882.234	-	-	7.230	-	-	-	-	(339.595)	549.869
Total geral	1.108.099	18.000	86.535	15.964	614	(120.138)	(84.460)	(2.571)	-	1.022.043

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento:

	31/03/2018	31/12/2017
2018	53.274	472.312
2019	105.994	60.233
2020 em diante	984.428	489.498
	1.143.696	1.022.043

BNDES

- Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto II"), no montante de R\$52.166, bem como da respectiva garantia. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado.

A amortização do principal deste financiamento acima referido foi feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidiu juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e mensalmente, no período de amortização do principal.

- Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (“BNDES Direto III”), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: “A” (R\$278.395), “B” (R\$3.200) e “C” (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia.

A amortização do principal do subcrédito “A” será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “A” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “B” foi feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidiu a TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “C” será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto I, BNDES Direto II e BNDES Direto III são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$31.960, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$15.489, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.
- Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto I, em 2º grau para o BNDES Direto II e em 3º grau para o BNDES Direto III, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:
 - a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia; e

c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição está sendo atendida. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto I quanto para o contrato BNDES Direto II, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo o índice exigido.

Financiamento

Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$36,389, em parcela única, os juros incidiram sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313% a.a., pagos em parcela única. Liquidado em 11 de março de 2016 e o restante quitado em março de 2018.

Em 11 de março de 2016, foi celebrado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças entre a Companhia e o Citibank N.A., no valor US\$37,736 perfazendo o montante de R\$140.000.000 (cento e quarenta milhões de reais). Os juros incidiram sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,7000% a.a., em 2 parcelas pagáveis em 13 de março de 2017 e 12 de março 2018. A forma de pagamento do principal foi a partir de 366 dias contados da data de desembolso em 2 parcelas consecutivas, nas datas de 13 de março 2017 e 12 de março de 2018. O financiamento foi liquidado conforme previsto.

Financiadora de Estudos e Projetos

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos “A” (R\$10.452) e “B” (R\$11.048). O crédito foi integralmente posto à disposição da Companhia em 01 de agosto de 2011.

A amortização foi feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos “A” e “B” incidiram juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente, mais TJLP. O financiamento foi liquidado conforme previsto.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito “B” não serão creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal de 5,5% a.a., capitalizada mensalmente;
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “II” e “III”, FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. Em 31 de março de 2018 não foram capitalizados juros.

Debêntures

- Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

- Em 12 de março de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirográfica, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures foi de 24 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 13 de março de 2016.

- Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo BB – Banco de Investimento S.A.. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 5.500 (cinco mil e quinhentas) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$55.000. O prazo de vencimento das Debêntures foi de 18 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 19 de maio de 2016.

- Em 3 de março de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A. A Emissão foi realizada em 11 de março de 2016, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures foi de 2 anos contados da Data de Emissão, liquidado, portanto, em 11 de março de 2018.

Em 16 de maio de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 9ª Emissão de Notas Promissórias, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.

As Notas Promissórias foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de maio de 2016, e composta por 200 (duzentas) Notas Promissórias, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$500.000 (quinhentos mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000 (cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures foi de 180 dias (cento e oitenta dias) contados da Data de Emissão, liquidado em 21 de novembro de 2016.

- Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de Novembro de 2016, e composta por 10.000 (dez mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000 (cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses (dezoito meses) contados da Data de Emissão, a ser liquidado em 16 de maio de 2018.

- Em 12 de março de 2018, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 8ª Emissão de Debêntures, composta por 55.000 (cinquenta e cinco mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 meses (sessenta meses) contados da Data de Emissão, a ser liquidado em 13 de março de 2023.

Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF)	ICSD	≥ 1	Anual
	BNDES	EBITDA/RF*	≥ 2	Anual
	HSBC/CITIBANK	DIVIDA LIQUIDA/EBITDA	$\leq 3,50$	Trimestral
*Resultado Financeiro				

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	979	974
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	881	877
	<u>1.860</u>	<u>1.851</u>
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	40.926	40.235
Total	<u>42.786</u>	<u>42.086</u>

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

- R\$979 (R\$974 em 31 de dezembro de 2017) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos.
- R\$40.926 (R\$40.235 em 31 de dezembro de 2017) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2016, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.

Esse compromisso, somava em 31 de março de 2018, R\$40.926 (R\$40.235 em 31 de dezembro de 2017). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

b) Compromisso decorrente da Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014); (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de dezembro de 2016, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

Em 31 de março de 2018, o valor de R\$881 (R\$877 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do MetrôRio até janeiro de 2038.

	Controladora e Consolidado			31/03/2018
	31/12/2017	Atualização resultado	Pagamento	
Outorga (a)	1.851	9	-	1.860
Circulante	1.851	9	-	1.860
Outorga (b)	40.235	691	-	40.926
Não Circulante	40.235	691	-	40.926
Total	42.086	700	-	42.786

	Controladora e Consolidado			31/12/2017
	31/12/2016	Atualização resultado	Pagamento	
Outorga (a)	1.824	27	-	1.851
Circulante	1.824	27	-	1.851
Outorga (b)	52.094	6.865	(18.724)	40.235
Não Circulante	52.094	6.865	(18.724)	40.235
Total	53.918	6.892	(18.724)	42.086

(a) Outorga do circulante, refere-se a compra dos trens.

(b) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo. No exercício social de 2017 foi realizada a nona prestação de contas do contrato de concessão, e a Companhia apurou o saldo remanescente e realizou a reversão do montante para enquadramento do saldo contábil, conforme saldo remanescente.

Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia apresenta no quadro abaixo (*) a composição dos Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998:

Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	5.229.910
Total	<u>6.093.927</u>

(*)Quadro não revisado pelos auditores independentes.

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

15. PROVISÕES PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Cíveis	6.412	6.154
Trabalhistas	12.327	12.856
Tributárias	5.263	4.609
Outros	158	158
Total	<u>24.160</u>	<u>23.777</u>

Movimentação das provisões

	Saldo inicial 31/12/2017	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	Saldo final 31/03/2018
Cíveis	6.154	65	340	(147)	6.412
Trabalhistas	12.856		(283)	(246)	12.327
Tributárias	4.609	654			5.263
Outros	158				158
Total	<u>23.777</u>	<u>719</u>	<u>57</u>	<u>(393)</u>	<u>24.160</u>

	Saldo inicial 31/12/2016	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	Saldo final 31/12/2017
Cíveis	8.834	1.322	690	(4.692)	6.154
Trabalhistas	10.055	2.741	1.200	(1.140)	12.856
Tributárias	2.525	2.084	-	-	4.609
Administrativas	108	50	-	-	158
Total	21.522	6.197	1.890	(5.832)	23.777

a) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 31 de março de 2018, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$60.167(R\$41.519 em 31 de dezembro de 2017).

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Em 31 de março de 2018, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$102.033 (R\$66.854 em 31 de dezembro de 2017).

c) Riscos tributários

Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) e que a área de energia orçou os valores de ICMS.

Optamos pelo contingenciamento até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado, o montante de R\$ 5.263 em 31 de março de 2018 (R\$4.609 em 31 de dezembro de 2017).

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

a) Depósitos recursais

Em 31 de março de 2018, a Companhia possuía R\$26.746 em depósitos recursais (R\$26.446 em 31 de dezembro de 2017).

b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.

O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 31 de março de 2018 é de R\$42.778 (R\$42.142 em 31 de dezembro de 2017), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 31 de março de 2018, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$21.981 (R\$21.975 em 31 de dezembro de 2017).

c) Bloqueios judiciais

Em 31 de março de 2018, o montante referente a bloqueios judiciais é de R\$3.190 (R\$3.101 em 31 de dezembro de 2017).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações .

Em 31 de dezembro de 2017, o valor da reserva foi consumido pelo prejuízo do exercício, anteriormente constituído no montante de R\$5.763.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações . O valor do juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Receitas

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Receita com passagens	185.855	189.471
Receitas acessórias*	10.069	10.612
Receita da construção (**)	-	17.455
Impostos e contribuições sobre a receita	(5.734)	(5.701)
Receita de serviços líquidas	<u>190.190</u>	<u>211.837</u>

*No período findo em 31 de março de 2018 não ocorreu receita de O&M.

** O serviço de construção se dava pelo direito de Outorga constituído no 6º termo aditivo, quando se gerou a obrigação de investimentos. O 6º termo aditivo se encontra praticamente finalizado financeiramente, e não houve adições ao Intangível dessa natureza no 1º trimestre de 2018. Não havendo adições ao Intangível referentes ao 6º termo aditivo, não há constituição de receitas e custos de construção.

Custos e Despesas por natureza

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	(63.036)	(64.999)
Conservação e manutenção	(18.122)	(17.793)
Despesas administrativas	(8.962)	(11.326)
Operacionais	(9.598)	(11.850)
Energia elétrica	(23.354)	(23.267)
Custo de construção (*)	-	(17.455)
Depreciação e amortização	(33.295)	(33.256)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa e riscos	(847)	(4.518)
Outras receitas (despesas) operacionais	30	(73)
	<u>(157.186)</u>	<u>(184.537)</u>
Custo de serviços prestados	(109.698)	(116.664)
Custo de construção (*)	-	(17.455)
Despesas gerais e administrativas	(47.518)	(50.345)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	30	(73)
	<u>(157.186)</u>	<u>(184.537)</u>

* O serviço de construção se dava pelo direito de Outorga constituído no 6º termo aditivo, quando se gerou a obrigação de investimentos. O 6º termo aditivo se encontra praticamente finalizado financeiramente, e não houve adições ao Intangível dessa natureza no 1º trimestre de 2018. Não havendo adições ao Intangível referentes ao 6º termo aditivo, não há constituição de receitas e custos de construção.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	3.562	3.237
Juros ativos	31	199
Variação monetária ativa	393	1.348
Variações cambiais ativas	4.827	3.634
Total receitas financeiras	<u>8.813</u>	<u>8.418</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.607)	(16.231)
Comissões e despesas bancárias	(729)	(366)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.284)	(9.271)
Variação monetária passiva	(6.341)	(4.374)
Juros sobre debêntures	(7.825)	(12.173)
Variações cambiais passivas	(2.842)	(461)
Juros com partes relacionadas	(2.644)	(3.418)
Outros	(513)	(655)
Total despesas financeiras	<u>(36.785)</u>	<u>(46.949)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(27.972)</u>	<u>(38.531)</u>

19. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Lucro (Prejuízo) líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	6.939	(7.545)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.446.899	1.446.899
Prejuízo básico e diluído por ações	<u>0,005</u>	<u>(0,005)</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de março de 2018, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de março de 2018, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		
		Início	Fim	Seguradora
Risco operacional	280.000	01/08/2017	01/08/2018	Tokio
Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/2017	01/08/2018	Tokio Marine
Transporte nacional**	4.000	28/02/2018	28/02/2019	SURA
Transporte internacional**	3.000*	28/02/2018	28/02/2019	SURA
Automóvel frota	Tabela Fipe	31/12/2017	31/12/2018	Itaú
D&O***	100.000	20/03/2018	20/03/2019	XL

(*) Em milhares de Dólares - (Em reais R\$9.900).

(**) A apólice de seguro transporte nacional e internacional venceu em 28 de fevereiro de 2018 e foi renovada até 28 de fevereiro de 2019.

(***) A apólice de seguro Resp. Civil Administradores D&O venceu em 20 de março de 2018 e foi renovada até 20 de março de 2019.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 31 de março de 2018 eram de R\$27.443 (R\$29.285 em 31 de dezembro de 2017), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamentos junto ao BNDES e CEF; (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos.

22. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia também possui compromisso relativo à contratação de fornecimento de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A., para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, celebrado em 26 de janeiro de 2009. Essa obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

- (i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e
- (ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

Adicionalmente, possui contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, MetroBarra, CRB e o poder concedente (interveniente), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação

econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

	Consolidado			
	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	186.554	-	58.215	-
Aplicação financeira	48.694	-	47.943	-
Créditos a receber	-	19.833	-	20.992
Parte relacionada	-	10.914	-	10.914
Total do ativo	235.248	30.747	106.158	31.906
Passivos				
Fornecedores	-	38.372	-	56.298
Parte relacionada	-	19.146	-	9.398
Empréstimos e financiamentos	-	453.857	-	594.055
Debêntures	-	664.566	-	403.107
Obrigações com poder concedente	-	42.786	-	42.086
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	20.311	-
Total do passivo	-	1.218.727	20.311	1.104.944

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI e SELIC, e as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 14, considerando-se que os carros foram adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas nas notas explicativas 4 e 13, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) Operação de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes operações com característica instrumentos financeiros derivativos:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2017
								Curva diferencial a receber/ (pagar)
<i>Swap</i>	USD/CDI	Citibank	12/03/2018	120.000	111.622	131.933	20.641	20.311
							Passivo circulante	20.311
<i>Liquidado</i>								
Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	31/03/2018
								Curva diferencial a receber/ (pagar)
<i>Swap</i>	USD/CDI	Citibank	12/03/2018	120.000	110.753	134.348	23.595	23.595
							Passivo circulante	23.595

Em 11 de março de 2016, foi firmado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito entre o MetroRio e o banco Citibank, no valor US\$37,736.

Para proteção desta operação foi contratado um SWAP no mesmo valor a uma taxa de R\$3,71 por cada US\$1, a variação no resultado provisionado do SWAP está diretamente ligada a flutuação da taxa do Dólar.

Em março de 2018, o aditivo supracitado, assim como o swap, foram liquidados, conforme quadro demonstrativo ilustrado acima.

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)	6,73%	5,05%	3,37%
TR Ativo(% ao ano)	0,10%	0,08%	0,05%
TR Passivo(% ao ano)	0,10%	0,13%	0,15%
DI Ativo (% ao ano)	6,37%	4,78%	3,19%
DI Passivo (% ao ano)	6,37%	7,96%	9,56%
IPCA(% ao ano)	3,58%	2,69%	1,79%
SELIC(% ao ano)	6,37%	4,78%	3,19%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	R\$ 3,30	R\$ 2,48	R\$1,65

Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Risco	31/03/2018	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa	DI				
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	30.609	1.950	1.462	975
Letras financeiras do tesouro	DI	122.880	7.827	5.871	3.914
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	SELIC	2.516	160	120	80
Operações compromissadas	DI	18.360	1.170	877	585
Aplicações financeiras					
Fundo cambial exclusivo	DÓLAR	45.189	272	11.433	22.731
Aplicações financeiras não circulante					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	3.505	223	167	112
Total ativos financeiros		223.059	11.602	19.930	28.397
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	TJLP	237.884	16.010	12.013	8.016

Financiamento CEF	TR	241.534	242	302	362
Debênture LAMSA (CEF)	TR	117.907	118	147	177
Debênturista I	DI	552.671	35.205	44.006	52.808
Aplicação financeira vinculadas (*)	DI	(25.273)	(1.610)	(2.012)	(2.415)
		<u>1.124.723</u>	<u>49.964</u>	<u>54.451</u>	<u>58.937</u>

(*) Apresentada no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar os seus passivos financeiros.

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	453.857	594.055
Debêntures	664.566	403.107
Caixa e equivalentes de caixa	(186.554)	(58.215)
Aplicações financeiras	(48.694)	(47.943)
Dívida líquida	883.175	891.004
Patrimônio líquido	1.350.792	1.343.853
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>2.233.967</u>	<u>2.234.857</u>

i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

24. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	1.672	12.324

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de abril de 2018, a Companhia foi citada em uma ação para acompanhamento de uma ação proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, referente ao Processo de Revisão Quinquenal Ordinária do período de 2007/2012 provido pela AGETRANSP, que segundo o autor, teria gerado um crédito em favor do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 197.943. O autor pleiteia a procedência dos pedidos para obrigar a Companhia a realizar investimentos e/ou melhorias no sistema metroviário no valor do crédito, ou a condenação da Companhia à recomposição do desequilíbrio por meio de pagamento ao Estado do Rio de Janeiro. A Companhia avaliou como possível o prognóstico de perda e o valor atualizado de R\$ 236.531. O processo em questão segue apensado à Ação Anulatória de Ato Administrativo proposta pela Companhia, que requereu a anulação da decisão proferida pela AGETRANSP, bem como a anulação de todos os seus efeitos.

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa conclusão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às intermediárias contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Greenfield, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As intermediárias contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 S RJ

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de três meses findo em 31 de março de 2018.

A DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 11 de maio de 2017, referente às demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de três meses findo em 31 de março de 2018.

A DIRETORIA
